

LEITURA E ESCRITA NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO: ANÁLISES A PARTIR DAS AVALIAÇÕES DO PAIC

READING AND WRITING IN THE MUNICIPALITY OF HARBOR OLD: ANALYSES
BASED ON PAIC ASSESSMENTS

LECTURA Y ESCRITURA EN EL MUNICIPIO DE PUERTO VIEJO: ANÁLISIS A
PARTIR DE LAS EVALUACIONES DEL PAIC

Simone Cardoso Silva¹, Alexandra da Silva Lima², Eliéte Zanelato³

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4337

Recibido: 23/01/2026 | Aceptado: 27/01/2026 | Publicación en línea: 11/02/2026.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento das habilidades de leitura e, sobretudo, de escrita dos estudantes dos 3º anos do Ensino Fundamental, a partir das avaliações do Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização (PAIC), buscou evidenciar as concepções de leitura de qualidade adotadas pelo programa. A coleta de dados foi realizada por meio do banco de dados do Programa Avalia Porto Velho, considerando as avaliações diagnósticas aplicadas no âmbito do PAIC. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural (THC) e caracteriza-se como uma pesquisa documental, de caráter dialético. A investigação analisa os registros avaliativos das avaliações do Programa Avalia Porto Velho, referentes aos anos de 2023 e 2024, buscou compreender as concepções e critérios que orientam a avaliação do desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Os resultados mostram que o percentual de estudantes no nível avançado em Língua Portuguesa aumentou de 53,47% em 2023 para 79,06% em 2024, evidenciando avanço nos indicadores gerais do programa. Contudo, apesar do crescimento quantitativo, constatou-se queda nos descritores relacionados à leitura fluente, o que compromete o desenvolvimento integral das habilidades de leitura e escrita. Esses achados indicam que a noção de leitura de qualidade no âmbito do PAIC está fortemente vinculada a resultados numéricos agregados, os quais nem sempre refletem a efetiva consolidação das capacidades leitoras, camuflando demandas pedagógicas fundamentais da rede municipal de ensino.

Palavras-chave: Avaliação da Alfabetização. Escrita. Leitura. Ensino Fundamental. PAIC.

¹ Mestranda em Educação Profissional, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: simonesilvacsc22@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8827-5566>

² Mestranda em Educação Profissional, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: alexandra.leq@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7623-2014>

³ Doutora em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMT), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: eliete@unir.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2157-2492>

ABSTRACT

This article aims to analyze the development of reading and, above all, writing skills of 3rd-grade elementary school students, based on assessments from the Literacy Policy Improvement Program (PAIC), seeking to highlight the conceptions of quality reading adopted by the program. Data collection was carried out using the database of the Avalia Porto Velho Program, considering the diagnostic assessments applied within the scope of the PAIC. Methodologically, the study is based on Historical-Cultural Theory (HCT) and is characterized as documentary research of a dialectical nature. The investigation analyzes the evaluative records of the assessments of the Avalia Porto Velho Program, referring to the years 2023 and 2024, seeking to understand the conceptions and criteria that guide the evaluation of the development of reading and writing skills. The results show that the percentage of students at the advanced level in Portuguese Language increased from 53.47% in 2023 to 79.06% in 2024, evidencing progress in the program's overall indicators. However, despite the quantitative growth, a decrease was observed in descriptors related to fluent reading, which compromises the comprehensive development of reading and writing skills. These findings indicate that the notion of quality reading within the PAIC (Program for Access to Literacy and Competence) is strongly linked to aggregated numerical results, which do not always reflect the effective consolidation of reading abilities, masking fundamental pedagogical demands of the municipal education network.

Keywords: Literacy Assessment. Writing. Reading. Elementary School. PAIC.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo de las habilidades lectoras y, sobre todo, de la escritura en estudiantes de 3.er grado de primaria, con base en las evaluaciones del Programa de Mejora de la Política de Alfabetización (PAIC), buscando destacar las concepciones de lectura de calidad adoptadas por el programa. La recopilación de datos se realizó utilizando la base de datos del Programa Avalia Porto Velho, considerando las evaluaciones diagnósticas realizadas en el ámbito del PAIC. Metodológicamente, el estudio se basa en la Teoría Histórico-Cultural (TCH) y se caracteriza por ser una investigación documental de naturaleza dialéctica. La investigación analiza los registros evaluativos del Programa Avalia Porto Velho, correspondientes a los años 2023 y 2024, buscando comprender las concepciones y criterios que guían la evaluación del desarrollo de las habilidades de lectura y escritura. Los resultados muestran que el porcentaje de estudiantes de nivel avanzado en Lengua Portuguesa aumentó del 53,47 % en 2023 al 79,06 % en 2024, lo que evidencia un progreso en los indicadores generales del programa. Sin embargo, a pesar del crecimiento cuantitativo, se observó una disminución en los descriptores relacionados con la fluidez lectora, lo que compromete el desarrollo integral de las habilidades de lectura y escritura. Estos hallazgos indican que la noción de lectura de calidad dentro del PAIC (Programa de Acceso a la Lectoescritura y la Competencia) está fuertemente vinculada a los resultados numéricos agregados, que no siempre reflejan la consolidación efectiva de las habilidades lectoras, lo que enmascara las demandas pedagógicas fundamentales de la red educativa municipal.

Palabras clave: Evaluación de Alfabetización. Escritura. Lectura. Escuela Primaria. PAIC.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar as políticas de avaliação educacional do Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), no município de Porto Velhos Rondônia, nos anos de 2023 à 2024. As políticas de avaliação educacional em larga escala vêm cada vez mais dominando e ocupando espaço na gestão dos sistemas públicos de ensino, articulando-se à lógica da eficiência, da responsabilização e da mensuração de resultados. No município de Porto Velho, essa orientação se materializa por meio do Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), desenvolvido em parceria entre o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE) e as redes municipais de educação, do qual decorre o programa Alfabetiza Porto Velho.

Embora o PAIC seja apresentado como estratégia de melhoria da qualidade da alfabetização, à luz do materialismo histórico-dialético compreende-se que as políticas avaliativas não são neutras, pois expressam contradições próprias das relações sociais capitalistas, nas quais a qualidade educacional tende a ser reduzida a indicadores quantitativos de desempenho. Nesse contexto, a avaliação diagnóstica Avalia Porto Velho assume centralidade como instrumento de aferição das habilidades de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Diante disso, esta pesquisa problematiza o seguinte questionamento: o que é compreendido como leitura de qualidade no âmbito do PAIC, a partir da avaliação Avalia Porto Velho, e em que medida essa concepção contribui para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos estudantes dos 3º anos do Ensino Fundamental?

Desse modo, o estudo torna-se fundamental, pois consiste na exigência de uma análise crítica que ultrapassem a centralidade dos resultados quantitativos, contribuindo para a compreensão dos impactos das avaliações externas sobre o trabalho pedagógico e sobre o processo de alfabetização. Fundamentada na Teoria Histórico-Cultural, a pesquisa compreende a leitura e a escrita como práticas sociais mediadas, constitutivas do desenvolvimento das funções psíquicas superiores.

Nesse sentido, o objetivo geral do estudo é analisar criticamente as concepções de leitura e escrita presentes na avaliação diagnóstica Avalia Porto Velho, no âmbito do PAIC, verificando

o que é compreendido como leitura de qualidade nas avaliações aplicadas aos estudantes dos 3º anos do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, busca-se examinar a estrutura e os critérios das avaliações do PAIC no período de 2023 a 2024, identificar as habilidades de leitura e escrita priorizadas e discutir em que medida os resultados expressam uma concepção de qualidade educacional comprometida com a formação humana ou restrita à produção de indicadores de desempenho.

Avaliação de Larga Escala no Ensino Brasileiro

Uchoa et al. (2020), explicam que a reforma educacional no Brasil se estruturou em dois processos distintos, embora articulados entre si: a criação de um sistema nacional de avaliação e a definição de uma base nacional comum curricular, esta última implementada de maneira mais tardia. Em sintonia com a agenda internacional dos anos 1990, que defendia a necessidade de instituir sistemas de avaliação de desempenho para medir a aprendizagem dos estudantes, foi criado, em 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Em sua fase inicial, o Saeb aplicou provas por amostragem, baseadas em itens produzidos a partir dos currículos dos sistemas estaduais, contemplando língua portuguesa, matemática, ciências naturais e redação.

Segundo Gatti, o Saeb dos anos finais da década de 1990 era organizado em dois grandes eixos:

O primeiro voltado ao estudo do acesso ao ensino básico no qual se verifica o atendimento à demanda (taxas de acesso e taxas de escolarização), e, a eficiência (taxas de produtividade, taxas de transição e taxas de eficiência interna); o segundo eixo era relativo à qualidade, implicando no estudo de quatro dimensões relativas aos: 1. produtos – desempenho do aluno quanto a aprendizagem de conteúdos e desenvolvimento de habilidades e competências; 2. contextos – nível socioeconômico dos alunos, hábitos de estudo, perfil e condições de trabalho dos docentes e diretores, tipo de escola, grau de autonomia da escola, matriz organizacional da escola; 3. processos - planejamento do ensino e da escola, projeto pedagógico, utilização do tempo escolar; estratégias de ensino; 4. insumos – infraestrutura, espaço físico e instalações, equipamentos, recursos e materiais didáticos (Gatti, 2014, p. 18-19).

Esse modelo tinha como finalidade tornar públicos os resultados educacionais, funcionando como mecanismo de prestação de contas e, simultaneamente, como instrumento de indução para que redes e escolas revissem seus currículos e planejamentos, buscando superar as dificuldades de aprendizagem identificadas.

De acordo com Gatti (2014), a adoção da Teoria da Resposta ao Item em 1995 representou uma mudança significativa, pois o modelo passou a apresentar altos índices de respostas aleatórias nas questões. Para os especialistas, essa situação indicava que seria mais seguro trabalhar com um repertório de itens capaz de produzir comparações em escala nacional, algo que o modelo clássico anterior não permitia.

A primeira ação de padronização veio anos depois. Em 1997, o Saeb passou a operar com Matrizes de Referência, o que induziu, em certa medida, à busca de alinhamento dos currículos das escolas de ensino fundamental e médio aos descritores e às competências estabelecidos nessas matrizes, um desvirtuamento, por assim dizer, ou estratégia proposital para aumentar a coerência entre avaliação e currículo (Uchoa, “*et al*”, 2020, p. 92).

No ano de 2000, o Brasil passou a participar do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado trienalmente. Poucos anos depois, em 2005, foi criada a Prova Brasil, aplicada a cada dois anos para as turmas da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. Brito e Conceição (2024) apontam que a Prova Brasil passou a induzir escolas e municípios a se compararem, reforçando mecanismos de foco e controle.

Em 2005, o Saeb foi reorganizado, incorporando um novo formato de avaliação censitária para o ensino fundamental, pois até então tinha abrangência amostral (INEP, s/d). Já em 2021, o Saeb direcionou seus testes prioritariamente para língua portuguesa e matemática, consolidando um movimento de focalização curricular.

O avanço mais significativo da política de avaliação em larga escala ocorreu em 2007, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb surgiu da combinação entre o desempenho dos estudantes, apurado no Saeb, e os dados de aprovação, reprovação e abandono coletados pelo Censo Escolar. Conforme analisam Uchoa et al. (2020, p. 93):

O estágio mais avançado da política nacional de avaliação, em larga escala, concretizou-se com a criação do Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em 2007, resultante da combinação das médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar. Em sintonia com a agenda global para a educação, não demorou muito para que o Ideb se transformasse em referência de qualidade da educação brasileira, passando a orbitar em torno dele um conjunto de ações e sistemas paralelos de avaliação comprometidos com a política de metas, vislumbrada nas declarações internacionais e inaugurada no Brasil por intermédio desse indicador (Uchoa, “*et al*”, p. 93).

Após sua implementação, o Ideb também incorporou uma nova etapa avaliativa dedicada à educação infantil, o que gerou forte resistência entre professores, especialistas e entidades científicas. As críticas concentraram-se na inadequação de aplicar métricas padronizadas a uma etapa que tem como foco o desenvolvimento integral da criança, e não a mensuração da aprendizagem formal (Uchoa et al., 2020).

Com a ampliação da Prova Brasil, o Ministério da Educação transformou-a em avaliação universal, aplicada a as estudantes de determinados anos do ensino fundamental e integrada ao Saeb. Esse processo fortaleceu o cálculo do Ideb, composto pelas médias de desempenho das avaliações nacionais (Saeb e Prova Brasil) e pelo fluxo escolar. As mudanças ampliaram o alcance do indicador e reforçaram sua utilização como medida central da qualidade educacional no país.

Mais recentemente o Ministério de Educação expandiu a avaliação de desempenho do sistema educacional, com a Prova Brasil, em modo de aplicação universal a todos os alunos em algumas séries do ensino fundamental, e não mais amostral, integrando essa prova ao SAEB. Com isso avançou-se na construção de um indicador – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a partir de 2007, que se compõe com o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações nacionais. Essas médias referem-se ao desempenho no SAEB para os Estados e na Prova Brasil para os Municípios (Gatti, 2014, p. 19-20).

Além de alterações estruturais, o Saeb ampliou seu público-alvo e suas áreas avaliadas, expandindo de forma progressiva o escopo das mensurações. Oliveira (2019, *apud* Uchoa et al., 2020, p. 94) destacam que “o que se observa é a avaliação em larga escala orientada à mensuração, classificação e estímulo à competição, sem que seus resultados sejam direcionados à correção dos desequilíbrios detectados”.

Com as mudanças promovidas a partir de 2019, ocorreu um alinhamento explícito entre o Saeb, a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais, reforçando a Base Nacional Comum Curricular como documento estruturante da educação brasileira. Esse alinhamento é motivo de preocupação, pois a BNCC organiza o ensino por competências e habilidades, o que aprofunda uma perspectiva tecnicista e funcional, estreitamente vinculada às demandas do mercado de trabalho (Uchoa et al., 2020).

Quadro 1 – Saeb 2019: público-alvo, abrangência, fonte dos itens e áreas do conhecimento/disciplinas avaliadas

Público-alvo	Abrangência	Formulação dos Itens	Áreas do Conhecimento/ Disciplinas Avaliada
Creche e pré-escola da Educação Infantil	Escolas públicas – amostral	BNCC	-
2º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas – amostral Escolas privadas – amostral	BNCC	Língua Portuguesa Matemática
5º e 9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas – censitário Escolas privadas – amostral	Matriz de Referência	Língua Portuguesa Matemática
9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas – amostral Escolas privadas – amostral	BNCC	Ciências da Natureza Ciências Humanas
3ª e 4ª série do Ensino Médio	Escolas públicas – censitário Escolas privadas – amostral	Matriz de Referência	Língua Portuguesa Matemática

Fonte: Inep

A análise do quadro evidencia como o Saeb 2019 passou a alinhar-se de forma explícita às diretrizes da BNCC e das Matrizes de Referência, ampliando o público-alvo, diversificando a abrangência e consolidando a avaliação de competências em todas as etapas da educação básica. Esse alinhamento não é neutro, pois expressa um movimento mais amplo das políticas educacionais brasileiras, sobretudo após a Reforma do Ensino Médio (2017), a homologação da Base Nacional Comum Curricular (2018) e a implementação da Política Nacional de Alfabetização (2019).

Embora tais documentos sejam frequentemente apresentados sob o discurso da inovação e da melhoria da qualidade, é necessário observar que, como mostram os resultados e a estrutura evidenciada no quadro, essas políticas não se voltam para a emancipação social. Em vez disso, operam como instrumentos de ordem, ajustados às demandas hegemônicas e à lógica de gestão que privilegia padronização, mensuração de desempenho e controle. Assim, mais do que combater desigualdades históricas, acabam por reforçá-las, especialmente ao subordinar o currículo escolar às exigências do capital em um contexto de crise e aprofundamento das desigualdades sociais.

Ao consultar a página eletrônica do Movimento pela BNCC, observa-se que se destacam entre os defensores dessa iniciativa fundações e organizações não governamentais mantidas por bancos e por empresas, pessoas ligadas ao sistema de avaliação e

associações de gestores em diferentes níveis. Observa-se ainda que o apoio à BNCC decorre do interesse na melhoria dos resultados das escolas nos testes nacionais e, consequentemente, na posição que elas ocupam nas classificações nacionais e estaduais (Santo e Pereira, 2016, p. 287).

Esse cenário evidencia que a BNCC se tornou um dos instrumentos centrais de consolidação das diretrizes neoliberais no campo educacional brasileiro. Sob o discurso da equidade e da garantia dos direitos de aprendizagem, apresenta-se como solução para as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que oculta sua função de reforçar o sistema vigente. Isso ocorre porque a formação escolar é reduzida a um conjunto de habilidades e competências alinhadas às demandas do mercado de trabalho (Santo e Pereira, 2016).

Além disso, um dos argumentos recorrentes na defesa da BNCC é a promessa de melhorar nos resultados das escolas em testes nacionais e do país em avaliações internacionais (Santos e Pereira, 2016, p. 287). Essa perspectiva reforça a padronização curricular com foco na mensuração e na comparabilidade de resultados, elementos característicos de uma concepção tecnicista de educação.

Desse modo, ao priorizar indicadores, eficiência e resultados avaliativos, a BNCC não apenas se harmoniza com as exigências do neoliberalismo, como também legitima e institucionaliza suas premissas, em detrimento de um processo formativo crítico, histórico e integral.

Além disso, o ensino das escolas municipais de Porto Velho, também se transformou em um campo de padronização. As escolas cada vez mais estão ficando com um ensino mecânico e voltados para as mensurações dos desempenhos e habilidades dos alunos da rede de ensino.

A secretaria de educação do município SEMED, alinha-se às variadas formas de avaliações de larga escala para garantir os resultados que almeja. Para avaliar os níveis de proficiência da aprendizagem dos estudantes atendidos na rede municipal de ensino, faz uso das avaliações do Ideb, Saero e Programa Avalia Porto Velho.

Assim, para alcançar e garantir um excelente desempenho nas avaliações do município de Porto Velho, a Secretaria de Educação, além das avaliações de larga escala, também tem como parceiro o PAIC, órgão responsável pela fiscalização e análise das operações das políticas públicas. O PAIC disponibiliza inúmeros instrumentos de controle, bem como ferramentas e estruturas de apoio técnico e de gestão.

Dessa forma, todo o sistema de ensino da rede municipal passa a atuar de maneira estratégica na formação de gestores, técnicos pedagógicos e professores. O objetivo é

implementar políticas e práticas pedagógicas e de gestão necessárias para alcançar os resultados educacionais esperados.

O Programa PAIC em Porto Velho no Contexto das Políticas de Avaliação Educacional

O Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) constitui-se como um conjunto de ações desenvolvidas em parceria entre o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE) e as redes municipais de ensino, com o objetivo de elevar os indicadores de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O programa é apresentado oficialmente como uma iniciativa colaborativa, voltada ao alinhamento das políticas de alfabetização, à formação continuada de professores e ao monitoramento dos resultados de aprendizagem.

O PAIC teve início a partir de um diagnóstico realizado no contexto do retorno às aulas presenciais após a pandemia de COVID-19, quando foram identificadas fragilidades persistentes no processo de alfabetização no estado. Dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2021 indicaram que apenas 40% das crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental apresentavam desempenho adequado em Língua Portuguesa e Matemática, com destaque para o fato de que apenas 12% demonstravam perfil adequado para a série subsequente e 26% não sabiam ler e escrever. Esses resultados reforçaram a necessidade de intervenções sistemáticas, segundo o TCE.

A partir desse diagnóstico, o programa passou a estruturar suas ações em quatro frentes principais: formação continuada de professores, formação de formadores, distribuição de materiais pedagógicos padronizados e implementação de um sistema contínuo de avaliações e devolutivas pedagógicas. Essas ações são direcionadas a professores do ciclo de alfabetização, equipes gestoras das escolas e técnicos das Secretarias Municipais de Educação.

Entretanto, a análise crítica do PAIC revela que suas ações se alinham a uma lógica predominantemente tecnicista e gerencial. A forte ênfase na padronização de práticas, no uso intensivo de avaliações externas e no monitoramento dos resultados indica que o programa opera sob a racionalidade da gestão por desempenho, priorizando a correção de indicadores em detrimento da compreensão das condições concretas de ensino e aprendizagem nas escolas.

No âmbito avaliativo, o PAIC utiliza diferentes instrumentos, como a ANA, o SAERO e, no contexto municipal de Porto Velho, o Programa Avalia Porto Velho. Esses instrumentos têm

como foco a mensuração de habilidades alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente aquelas relacionadas à decodificação e à fluência leitora. Tal alinhamento reforça uma concepção de alfabetização centrada em competências técnicas, reduzindo o processo de leitura e escrita a operações fragmentadas e mensuráveis.

As três macroetapas que estruturam o programa — desenho da política, implementação e acompanhamento — configuram um ciclo contínuo de planejamento e controle. A etapa de acompanhamento, embora apresentada como formativa, limita-se ao monitoramento dos níveis de proficiência, reforçando mecanismos de responsabilização das escolas e dos professores pelos resultados obtidos, sem considerar os determinantes sociais, históricos e pedagógicos que atravessam o trabalho docente.

À luz da perspectiva histórico-cultural, essa concepção de alfabetização mostra-se restritiva, pois desconsidera a leitura e a escrita como práticas culturais mediadas, fundamentais para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Conforme apontam estudos críticos, como os de Possami (2022), fragilidades na formação docente e a ausência de práticas sistemáticas de leitura comprometem a apropriação significativa da linguagem escrita pelas crianças, limites que não são superados por políticas centradas exclusivamente em metas e avaliações padronizadas.

Dessa forma, a análise do PAIC evidencia que, embora o programa apresente uma estrutura robusta e dados que justificam sua implementação, suas ações tendem a reforçar uma visão instrumental da alfabetização, subordinada à lógica avaliativa e produtivista. Compreender esses limites é fundamental para a construção de propostas formativas que rompam com o controle por desempenho e promovam práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes e à apropriação consciente da leitura e da escrita como instrumentos de humanização.

O Programa Avalia Porto Velho e o PAIC: Concepções de Avaliação e Repercussões no Ensino da Leitura

A prova institucional Avalia Porto Velho, foi criada no ano de 2017, com o intuito de conhecer a fundo o processo de ensino e aprendizagem dos mais de 43 mil alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, de Porto Velho, por meio da secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Avalia Porto velho, é um dos instrumentos de medir o nível de desempenho dos estudantes da rede municipal de ensino, a avaliação integra a política estabelecida pela prefeitura de Porto Velho. No ano de 2022, foram avaliados 22.426 estudantes distribuídos em 1.167 turmas escolares de 110 escolas das zonas urbana e rural. Os estudantes são avaliados anualmente nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática (Soares, 2023).

De acordo com prefeitura de Porto Velho, referente ao ano de 2023, a prova foi aplicada no mês de novembro e atingiu um público de 15.493 estudantes da rede municipal de ensino. Segundo a secretária da antiga gestão da Secretaria de Educação Gláucia Negreiros, O avalia Porto Velho, diagnosticou um aumento na média a partir do 2º, 3º, e 4º ano, com 78% de aproveitamento na aprendizagem. Mostrando assim, um avanço no desempenho escolar dos alunos da rede de ensino municipal.

A secretária de Educação afirma que, uma vez identificado a real aprendizagem do aluno, a mesma, atua em ações específicas de formação dos professores e procura melhorar as políticas educacionais com um todo.

“Com isso, conseguimos observar um crescente resultado da aprendizagem dos alunos, onde também se consegue unir outros esforços a partir das evidências dessa avaliação, como é o caso de um programa que já está sendo executado há dois anos na rede municipal, que é o Alfabetiza Porto Velho, numa parceria valiosa com o Tribunal de Contas do Estado, com objetivo de alfabetizar os estudantes no tempo correto”, (Gláucia Negreiros, 2023)

Para o alcance desses resultados o programa Avalia Porto Velho conta com a parceria do Programa PAIC para desenvolver outra ação específica de formação continuada de professores da rede municipal de ensino, sendo realizada através da Jornada pedagógica, tendo como foco das formações os descritores que não foram alcançados.

O programa tem como prioridade o investimento em políticas educacionais voltadas à melhoria do índice de desenvolvimento da rede de ensino. Para isso, busca identificar as principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes, de modo a subsidiar a elaboração de planos de intervenção pedagógica que contribuam para a redução das defasagens e para o aprimoramento da preparação dos alunos para avaliações externas em âmbito nacional, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A articulação entre o Programa Avalia Porto Velho e o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) evidencia que a avaliação externa assume papel central na condução das políticas de alfabetização e no ensino da leitura na rede municipal de Porto Velho. Esse alinhamento, ao mesmo tempo em que busca garantir o acompanhamento sistemático da

aprendizagem e o alcance das metas de alfabetização estabelecidas pelo PAIC, reforça uma concepção de avaliação orientada pela mensuração de resultados e pelo controle do desempenho escolar.

No âmbito dessa articulação, o Avalia Porto Velho opera como instrumento de materialização das diretrizes do PAIC, ao traduzir seus objetivos em descritores, indicadores e níveis de proficiência que passam a orientar o planejamento pedagógico, as ações de formação continuada e as intervenções junto aos estudantes. Dessa forma, a avaliação deixa de ser apenas um recurso diagnóstico e assume uma função reguladora do ensino, definindo o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e em que ritmo, especialmente no que se refere às práticas de leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Embora esse alinhamento seja apresentado como estratégia para assegurar a alfabetização na idade prevista, é necessário problematizar os efeitos dessa lógica sobre o ensino da leitura. A centralidade atribuída aos descritores avaliativos tende a reduzir a leitura a um conjunto de habilidades fragmentadas e mensuráveis, deslocando o foco do processo de formação do leitor para o atendimento às exigências das avaliações externas vinculadas ao PAIC. Nesse sentido, a leitura de qualidade passa a ser compreendida prioritariamente a partir dos resultados obtidos nos testes, em detrimento de práticas de leitura que promovam a compreensão, a reflexão crítica e a apropriação significativa da linguagem escrita.

Além disso, o alinhamento entre Avalia Porto Velho e PAIC intensifica a responsabilização das escolas e dos professores pelos resultados alcançados, ao vincular os dados avaliativos à definição de ações formativas e à implementação de programas complementares, como o Alfabetiza Porto Velho. Tal dinâmica tende a invisibilizar as condições objetivas de ensino e aprendizagem, transferindo para o trabalho docente a responsabilidade pela superação de dificuldades que são também de ordem estrutural, social e histórica.

Desse modo, ainda que o alinhamento entre o Programa Avalia Porto Velho e o PAIC contribua para a produção de dados sistematizados sobre o desempenho dos estudantes e para o acompanhamento das metas de alfabetização, ele também revela limites importantes. A avaliação externa, ao se constituir como eixo estruturante do ensino da leitura, pode restringir as possibilidades de desenvolvimento pleno das capacidades leitoras, ao subordinar o processo educativo à lógica dos resultados e dos indicadores. Essa contradição aponta para a necessidade de repensar o lugar da avaliação no interior das políticas de alfabetização, de modo que ela possa

efetivamente contribuir para a formação de leitores críticos, autônomos e socialmente situados, conforme defendem concepções de leitura para além da lógica avaliativa do PAIC.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e orientação histórico-dialética, que analisa os registros avaliativos do Programa Avalia Porto Velho referentes aos anos de 2023 e 2024. A constituição da pesquisa foi composta por relatórios, quadros de resultados, gráficos e descritores avaliativos relacionados às habilidades de leitura e escrita de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental.

A análise dos documentos ocorreu em três etapas: leitura exploratória, realizada para compreensão da estrutura dos materiais e dos indicadores utilizados; leitura analítica, direcionada para sistematizar os dados e identificação de dados recorrentes e contradições nos resultados; e na última etapa foi realizada a interpretação crítica, orientada pelos pressupostos do método histórico-dialético, buscando compreender os dados avaliativos em sua dimensão histórica, social e pedagógica.

Os documentos foram analisados como expressões de uma política educacional específica, permitindo problematizar as concepções de alfabetização implícitas às avaliações e seus impactos no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os gráficos abaixo demonstram os dados das avaliações do Programa Avalia Porto Velho referentes aos anos de 2023 e 2024 das turmas do 3º ano do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa.

Gráfico 1 desempenho da turma do 3º ano Língua Portuguesa de 2023

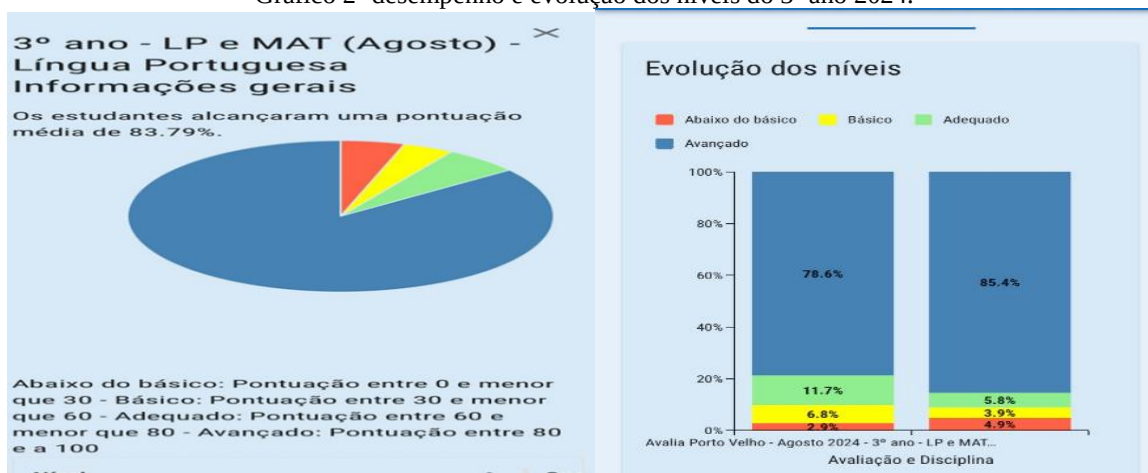


Fonte: Avalia Porto Velho, 2023

O gráfico apresentado evidencia a média de erros e acertos dos alunos no ano de 2023. Os dados indicam que 14,80% das respostas corresponderam a erros, enquanto 85,20% representaram acertos, demonstrando um desempenho geral satisfatório dos estudantes avaliados.

O gráfico seguinte apresenta a classificação dos níveis de desempenho das turmas do 3º ano do Ensino Fundamental, distribuídos entre os níveis insuficiente, suficiente, adequado e avançado. Os resultados revelam que, em 2023, 53,47% dos alunos foram classificados no nível avançado, o que evidencia um nível de desempenho favorável em relação à proficiência em Língua Portuguesa.

Gráfico 2- desempenho e evolução dos níveis do 3º ano 2024.



Fonte: Avalia Porto Velho, 2024

Os resultados das avaliações do Programa Avalia Porto Velho referentes ao ano de 2024 indicam que, de modo geral, as turmas do 3º ano do Ensino Fundamental apresentaram

desempenho acima da média da rede municipal, alcançando uma pontuação média de 83,79%. Esse resultado representa um acréscimo de 11,08% em relação à média geral das turmas do 3º ano da rede municipal de ensino.

No que se refere à classificação dos níveis de desempenho, 78,06% dos alunos foram considerados no nível avançado, evidenciando um aumento de 3,3% em comparação com a média anteriormente registrada, o que confirma a evolução do desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa.

Os dados das avaliações do Programa Avalia Porto Velho referentes aos anos de 2023 e 2024 indicam que as turmas do 3º ano do Ensino Fundamental apresentaram desempenho globalmente satisfatório no componente curricular de Língua Portuguesa. Em 2023, observou-se um percentual de 85,20% de acertos, com 53,47% dos estudantes classificados no nível avançado. Em 2024, os resultados evidenciam avanço significativo, com média geral de 83,79%, superior à média da rede municipal, e 79,06% dos alunos no nível avançado, representando um crescimento de 25,59% em relação ao ano anterior.

No entanto, a análise dos descritores que apresentaram maiores índices de dificuldades nos dois anos investigados revela fragilidades recorrentes relacionadas às habilidades de compreensão leitora. Os descritores com desempenho insatisfatório concentram-se na identificação do assunto e da finalidade dos textos, no reconhecimento das características das personagens em narrativas, na inferência do tema em poemas, no reconhecimento do tema em anúncios publicitários e na identificação do assunto em relatos de observação.

Quadro 2- descritores com dificuldades 2024

Recomendação: Concentre-se nos seguintes descritores para melhorar o desempenho geral:	
Código descritor	Disciplina
LP12E05D3	Língua Portuguesa
LP03LE24D1	Língua Portuguesa
LP02AL28D2	Língua Portuguesa
LP35O28D1	Língua Portuguesa
LP12LE04D1	Língua Portuguesa

Fonte: Avalia Porto Velho, 2024

Esses resultados indicam que, apesar do desempenho quantitativo positivo nas avaliações externas, os estudantes ainda enfrentam dificuldades em estabelecer relações de sentido no interior dos textos, o que compromete a consolidação de uma leitura fluente e compreensiva.

Os resultados obtidos revelam uma contradição entre os índices gerais de desempenho e as habilidades específicas de leitura apontadas como fragilizadas. Embora haja um crescimento expressivo no percentual de alunos classificados no nível avançado, as dificuldades persistentes nos descritores relacionados à compreensão textual indicam limites no processo de alfabetização desenvolvido nas turmas analisadas.

À luz da teoria histórico-cultural, tais achados sugerem que o ensino da leitura pode estar centrado predominantemente em práticas de decodificação, sem assegurar a apropriação da linguagem escrita como instrumento de pensamento. Conforme Vigotski (1995), a escrita constitui um sistema simbólico complexo que, quando plenamente internalizado, reorganiza qualitativamente as funções psíquicas superiores. Assim, as dificuldades evidenciadas nos descritores analisados apontam para a necessidade de mediações pedagógicas mais intencionais, capazes de promover a compreensão, a inferência e a atribuição de sentidos aos textos.

Além disso, as fragilidades observadas em diferentes gêneros textuais indicam que os alunos ainda não dominam plenamente a função social da linguagem escrita. Tal aspecto reforça a compreensão de que a leitura de qualidade não se limita à precisão na decodificação, mas envolve a capacidade de compreender o texto em sua totalidade, reconhecendo sua finalidade, temática e contexto de produção.

Dessa forma, os resultados analisados indicam que os avanços quantitativos observados nas avaliações externas não garantem, por si só, a formação de leitores fluentes e críticos. A partir da perspectiva histórico-cultural, torna-se fundamental que as práticas pedagógicas priorizem o trabalho com textos reais, socialmente significativos e culturalmente diversos, promovendo situações de leitura mediadas que possibilitem aos estudantes a apropriação efetiva da linguagem escrita como instrumento de desenvolvimento humano.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que o ensino da rede municipal de Porto Velho tem sido fortemente orientado pelo Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE),

e alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse arranjo institucional tem direcionado as práticas pedagógicas para o cumprimento de metas e resultados mensuráveis, reforçando uma lógica tecnicista e gerencial no processo de alfabetização.

Os resultados das avaliações do Programa Avalia Porto Velho, nos anos de 2023 e 2024, indicam avanços quantitativos no desempenho em Língua Portuguesa, com aumento significativo no percentual de alunos classificados no nível avançado. Entretanto, a análise dos descritores revelou a permanência de dificuldades estruturais relacionadas à compreensão leitora e à escrita, evidenciando uma contradição entre os índices gerais de desempenho e o desenvolvimento efetivo das habilidades de leitura.

Constatou-se que as ações de intervenção propostas, como formações continuadas centradas nos descritores e a aplicação recorrente de simulados, tendem a transformar o ensino em um processo de treinamento para avaliações em larga escala. Essa prática reduz a alfabetização à decodificação de letras e sílabas, o que não assegura a formação de leitores fluentes e capazes de atribuir sentidos aos textos.

Conclui-se que, no âmbito do PAIC, a noção de leitura de qualidade encontra-se associada predominantemente a resultados quantitativos, os quais não capturam a complexidade do processo de leitura e escrita. Tal perspectiva limita a compreensão da alfabetização como prática cultural e formativa, necessária ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Por fim, recomenda-se a ampliação de estudos sobre o PAIC no município de Porto Velho, especialmente no que se refere aos instrumentos avaliativos e às implicações dessas políticas no cotidiano escolar, de modo a subsidiar propostas que superem a lógica produtivista e promovam práticas pedagógicas voltadas à compreensão, à reflexão e ao desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular é aprovada no CNE e segue para homologação do ministro da educação**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/58541-base-nacional-comum-curricular-e-aprovada-no-cne-e-segue-para-homologacao-do-ministro-da-educacao>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRITO, Karla Rejane Lacerda Almeida; CONCEIÇÃO, Silvano da. **Avaliação em larga escala: um breve histórico das políticas avaliativas no sistema educacional brasileiro**. *Revista Foco*, Curitiba, v. 17, n. 1, 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. **Avaliação: contexto, história e perspectivas**. Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 8–26, maio 2014.

MARIA, Maíra de Sousa Emerick. **A alfabetização sob a perspectiva histórico-cultural: a palavra como embrião da escrita: um compromisso com a humanização dos sujeitos**. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2022.

OLIVEIRA, Humberto. **Resultados das provas do Saero e Avalia Porto Velho são essenciais para ajustes e melhorias na rede municipal de ensino**. Porto Velho: Superintendência Municipal de Comunicação, 2025. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/46058/educacao-resultados-das-provas-do-saero-e-avalia-porto-velho>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PAIC RONDÔNIA. **Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa**. Porto Velho: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, 2023. Disponível em: <https://tcero.tc.br/wp-content/uploads/2023/04/PAIC-O-que-e-CC%81-e-o-que-entrega-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação. **Lista de links para escolas da rede municipal: 2º e 3º ano – Avalia Porto Velho (agosto de 2024)**. Porto Velho, 2024. Documento interno. Acesso em: 15 dez. 2024.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção Educação e Conhecimento).

SOARES, Augusto. **Ação visa identificar as dificuldades para implementar melhorias nas políticas educacionais**. Porto Velho, 2025. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/39702/educacao-programa-avalia-porto-velho-testa-os-conhecimentos>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; LIMA, Átila de Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (org.). **Diálogos críticos: reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública?** Porto Alegre: Editora Fi, 2020. v. 2. Recurso eletrônico.